

A Igreja, a Rua Larga e o Bairro Alto de São Roque

Helder Carita

A instalação da Companhia de Jesus na zona do Alto de São Roque, em meados do século XVI, constitui, por si só, um facto determinante nos destinos, não apenas da arquitectura portuguesa, como também nos modelos urbanísticos até aí praticados. Se o programa estético da Igreja de São Roque irá influenciar toda a produção arquitectónica portuguesa, as alterações urbanas que se desenvolvem com o alargamento da Rua Larga de São Roque representam o despontar, em Portugal, de conceitos urbanísticos afectos a uma nova mentalidade de pendor contra-reformista e barroco. Estrategicamente colocada em termos visuais, no ponto de fuga daquele novo arruamento, a fachada da Igreja de São Roque, ao alto, institui-se como elemento polarizador de um percurso marcado por valores espaciais de forte sentido cenográfico, onde reconhecemos a aplicação das experiências renascentistas da perspectiva e da composição pictórica. Paralelamente a este traçado urbano, a construção da Igreja e do Colégio da Companhia de Jesus vai imprimir uma nova dinâmica à zona ocidental da cidade de Lisboa que, ao deslocar o seu centro de gravidade para o alto da colina de São Roque, cria uma nova entidade urbana: o Bairro Alto de São

Roque. Mais abaixo, perto das chamadas Portas de Santa Catarina, a Vila Nova de Andrade perde progressivamente importância, passando a ser assimilada por este novo bairro. Embora sem a participação directa dos Jesuítas, como alguns autores têm afirmado, no ano de 1554 é implementada a fase final do processo de urbanização do Bairro Alto, entre a actual Travessa da Queimada e o Alto dos Moinhos de Vento, por iniciativa dos Frades Trinos e da família Andrade, mais precisamente de Nicolau de Altero de Andrade. A coincidência entre o início desta fase urbanística e a data de instalação dos Jesuítas no Alto de São Roque indicia claramente a dinamização introduzida por esta nova Ordem na zona ocidental da cidade.

Ainda ao longo dos séculos XVI e XVII, as relações privilegiadas dos Jesuítas com as elites irão atrair ao Bairro Alto uma aristocracia de altos funcionários régios e grandes comerciantes que aqui constroem os seus palácios e casas senhoriais.

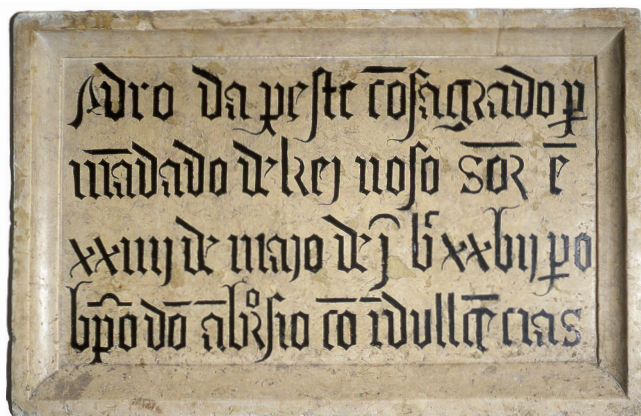
Com o tempo, a par dos palácios, novas ordens religiosas optam por se fixar nesta zona, facto que contribui para uma monumentalização da área, com implicações na implemen-

tação de uma imagem desta zona da cidade de Lisboa caracterizada por valores espaciais de pontuações arquitectónicas de sentido dinâmico e teatral.

A Ermida Manuelina de São Roque

Na sua chegada a Lisboa, em 1540, os primeiros padres jesuítas instalaram-se no Hospital de Todos-os-Santos. Segundo as crónicas da época¹, seduzidos pelas qualidades do local, estes padres optaram pelo adro da Ermida de São Roque para as suas pregações. A localização privilegiada desta ermida, numa zona alta, junto das muralhas da cidade e com largas vistas sobre Lisboa e a barra do Tejo, atraiu as atenções dos Jesuítas.

A pequena ermida tinha sido mandada construir, em 1506, na sequência de uma epidemia de peste que assolara a cidade de Lisboa, tendo as suas obras finalizado em 15 de Fevereiro de 1515. A fama de São Roque como protector



Lápide do Adro da Peste, 1527,
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

das pestes determinou o pedido de D. Manuel à Senhoria da República de Veneza, de uma relíquia do corpo do Santo, que aqui foi deposta acompanhada de solenes cerimónias.

Em 1523, no adro da ermida, D. João III² assina uma carta instituindo aqui um cemitério para as vítimas da peste.

Envolvida a norte e poente por campos de oliveiras, a Ermida de São Roque confinava, a nascente e sul, com os limites da cidade numa zona de grande desenvolvimento urbano. O seu adro encostava a uma das torres da muralha fernandina, chamada de Álvaro Pais. Junto desta torre, os Condes da Vidigueira, descendentes de Vasco da Gama, tinham, em 1543, iniciado a construção do seu palácio num conjunto de terrenos aforados ao Senado da Câmara de Lisboa³.

De sul, do lado das margens do Tejo, subia a Vila Nova de Andrade e, por outro lado, a nascente, ainda dentro da muralha, crescia a recente Vila Nova da Oliveira. No seu conjunto estas duas vilas correspondiam à emergência de padrões urbanos de pressupostos modernos que, desenvolvidos a partir do reinado de D. Manuel, se enquadravam na mentalidade jesuítica, pautada por um pendor científico e racionalista.

A Vila Nova da Oliveira

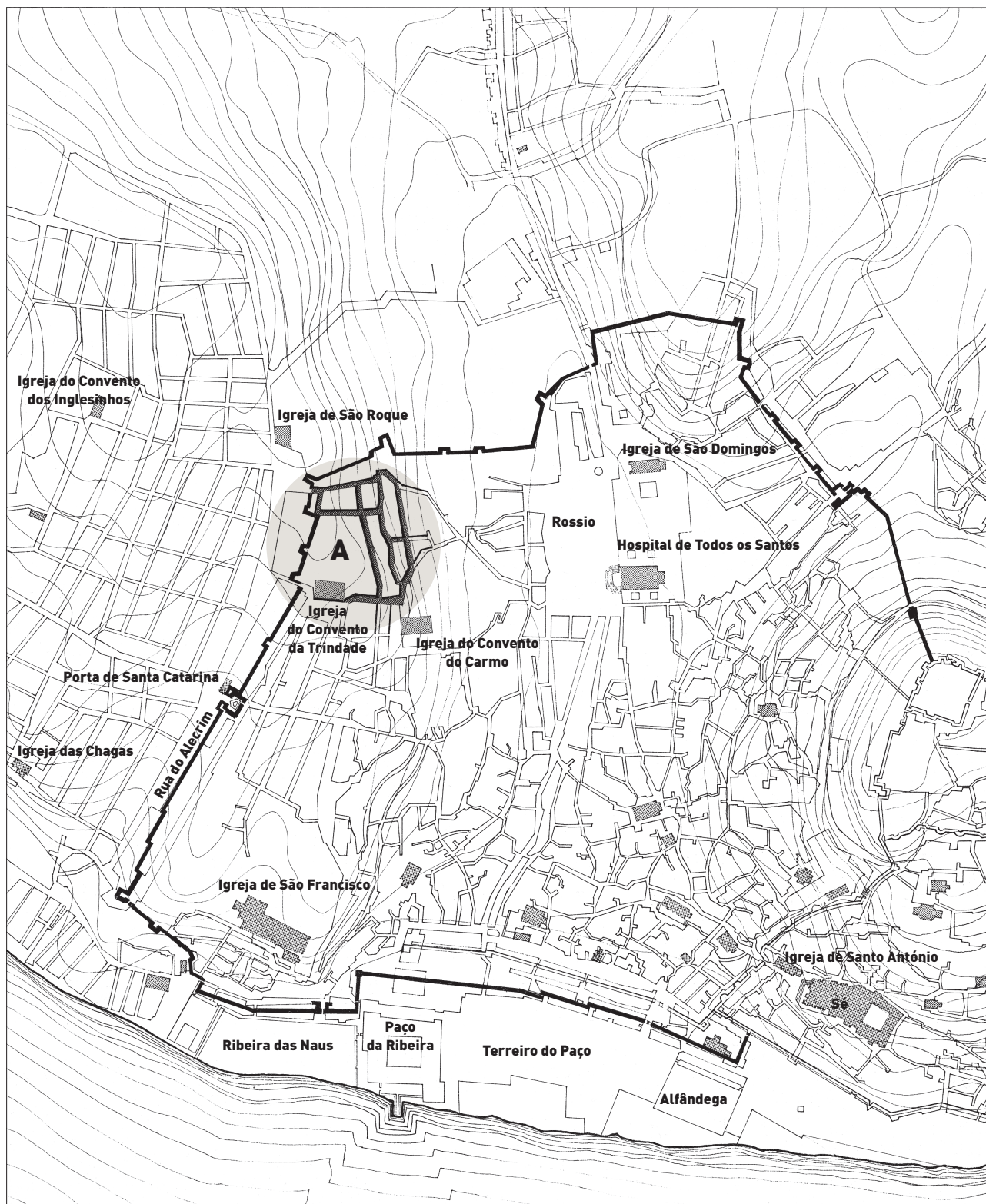
Na sua génese, a Vila Nova da Oliveira, ou do Olival, decorre directamente de um alvará assinado por D. Manuel, em 26 de Dezembro de 1500⁴, em que se ordenava a extinção de todos os olivais existentes dentro do perímetro muralhado da cidade. As razões desta decisão prendiam-se com a necessidade de disponibilizar terrenos para construção no interior da cidade, face a um forte crescimento de população. É assim que, na sequência desta medida, surge uma urbanização que se desenvolve a partir das antigas cercas dos frades Trinos e dos frades Carmelitas, na zona localizada actualmente entre o Largo do Carmo e a Calçada do Duque, e que corre paralelamente à muralha fernandina. Formando uma unidade urbana homogénea, esta pequena

1. Referimo-nos sobretudo ao Padre Baltazar TELLES, *Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal, e do que fizeram...*, Lisboa, 1695-1697. Não menos importante é o Códice anónimo guardado na Biblioteca Nacional, *História da Fundação e Progresso da Casa de São Roque*, Mss. 4:491. Estes dois textos, escritos na segunda metade do século XVI, constituem base fundamental para a história dos Jesuítas na zona.

2. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo I, Lisboa, CML, 1885-1901, pag. 470.

3. A. Vieira SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, Lisboa, CML, 2.ª ed., 1987, pag. 121.

4. AN/TT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro I de Pregos*, fl. 160.



Planta de Lisboa anterior ao terramoto com base nos levantamentos de João Nunes Tinoco (1650) e de José Valentim de Freitas (século XVIII).

A - Formação dos quarteirões de Vila Nova da Oliveira nos inícios do século XVI

vila estrutura-se em torno de três ruas paralelas que seguem ao longo das curvas de nível, evitando a forte inclinação do terreno. Segundo as escrituras dos aforamentos que se encontram no antigo cartório dos frades Trinos, foram estes últimos frades que primeiro acataram as ordens reais dando início à urbanização da sua cerca.

Os primeiros aforamentos datam logo de 1502⁵, ano em que se concentra o maior número destes documentos. Durante as duas primeiras décadas do século encontramos uma grande quantidade de aforamentos para a zona, embora diminuindo progressivamente de ano para ano.

Num deles, de 1504, é explicitada com toda a clareza a relação desta urbanização com o alvará régio de 1500, ao registar: "...chão no Olival q El Rey D. Manuel mandou arrancar que esta junto ao Moesteyro da trindade para se fazerem casas..."⁶. Noutros aforamentos encontramos a designação de "...um chão junto ao Moesteyro da Trindade onde foi olival para fazerem casas..."⁷.

Os Carmelitas tardaram mais a acatar as ordens reais, mas, em 1517, vemos estes frades iniciarem o processo de urbanização dos seus terrenos, que desciam em grande declive para a zona do Rossio.

Devido à sua grande inclinação e pequena dimensão, não se detecta neste loteamento a mesma estruturação em quarteirões e lotes que será desenvolvida na Vila Nova de Andrade.

No seu conjunto, a Vila Nova do Olival é, no entanto, um exemplo da aplicação das medidas urbanas sistematizadas para Lisboa nos primeiros anos do século XVI, contemplando a obrigatoriedade de alinhamento das ruas, a ausência de balcões e balcoadas e, ainda, a construção em pedra e cal. As afinidades de tipologia entre os mais antigos edifícios do Bairro Alto e os edifícios mais antigos desta área, são significativas. À semelhança das dimensões dos lotes, a largura das ruas apresenta-se, ainda hoje, idêntica à das do Bairro Alto, distanciando-se das estreitas ruas islâmicas e medievais de Lisboa que encontramos em Alfama, Mouraria e Encosta

do Castelo. A importância urbanística da Vila Nova da Oliveira reside sobretudo no facto de se apresentar como uma experiência moderna que, em sintonia com o programa de reordenamento das ruas do centro da cidade, iniciado em 1498, nos permite contextualizar e radicar uma outra intervenção urbanística de maior impacto e extensão: a Vila Nova de Andrade e o posterior Bairro Alto de São Roque.

A Vila Nova de Andrade (1498 a 1513)

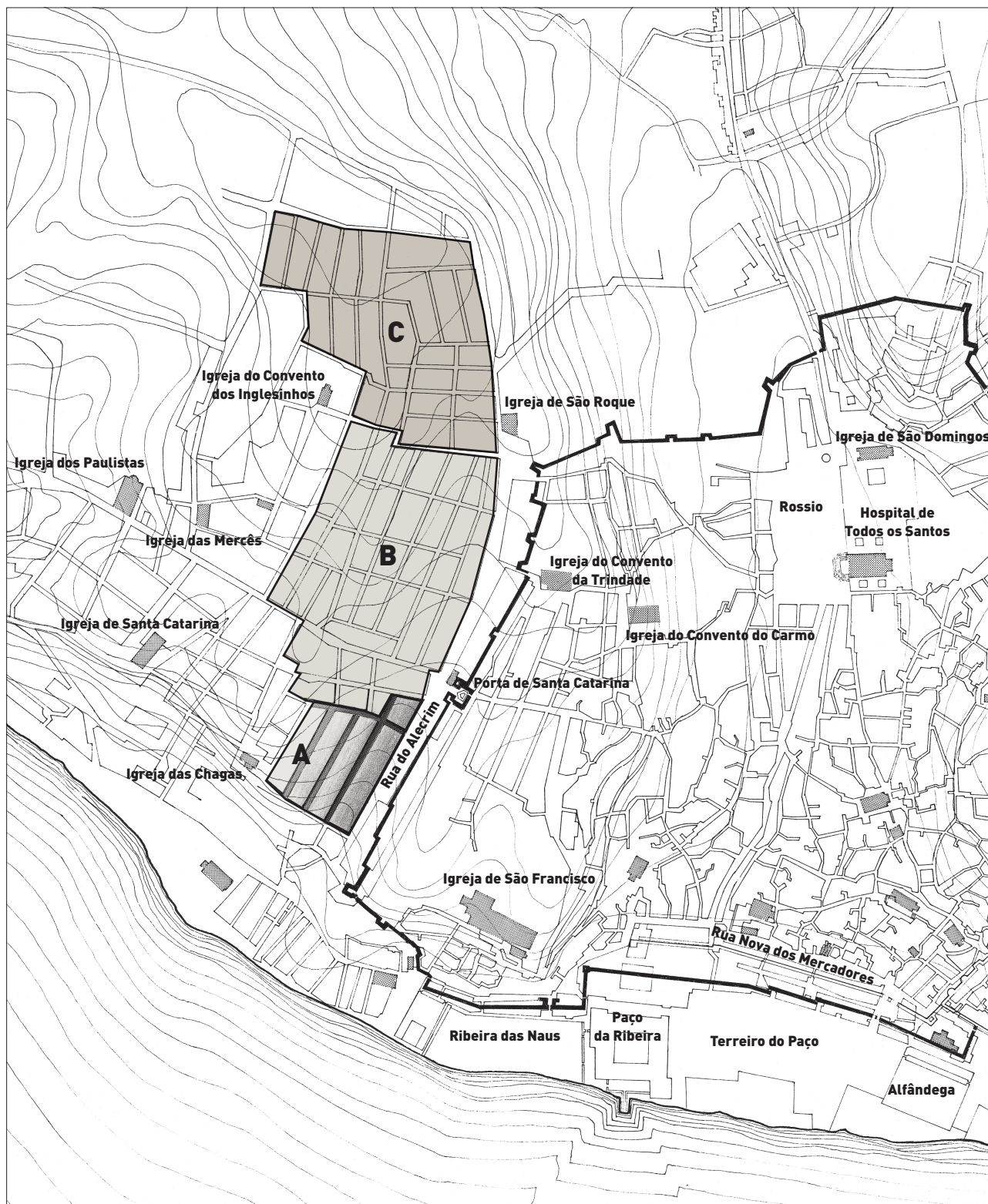
Com uma amplitude geográfica diferente da Vila Nova do Olival, desenvolve-se neste período um dos processos urbanísticos mais significativos do período moderno: Vila Nova de Andrade. Implantando-se na zona ocidental da cidade, numa vasta área exterior à muralha fernandina, esta urbanização desenvolve-se em interdependência com dois grandes planos de reordenamento urbano ocorridos na cidade de Lisboa durante o reinado de D. Manuel. O primeiro, iniciado logo em 1498, decorria da necessidade de reestruturar a cidade em termos de capital do reino, o segundo, implementado em 1513, na sequência das grandes vitórias nas Índias, tentava dotar Lisboa das infra-estruturas portuárias e equipamentos administrativos adequados à capital de um império marítimo em franca emergência.

Embora, até agora, a historiografia tenha situado o início da urbanização da Vila Nova de Andrade a partir de 1513, esta data deve ser recuada para o ano de 1498. A data de 1513 foi estabelecida com base num conjunto de vinte e quatro aforamentos que fundamentavam a publicação de Mário de Saa sobre *As Origens do Bairro Alto de Lisboa*⁸, e que ainda hoje se mantêm como um marco na historiografia deste bairro. Porém o Arquivo da Misericórdia de Lisboa guarda vários testamentos da família Atouguia, nomeadamente de Luís de Atouguia, Lopo de Atouguia e Rodrigo Afonso de Atouguia, que remetem as origens deste bairro para um período mais recuado. Este facto toma particular relevo ao fazer antecipar o desenvolvimento urbano da Vila Nova de

6. Documento transcrito por Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, vol. I, Lisboa, CML, 1939, pág. 169.

7. Idem, *ibidem*, vol. I, pág. 168.

8. Mário de SAA, *As Origens do Bairro Alto*, Lisboa, Ed. Solução Editora, 1929.



Planta de Lisboa anterior ao terramoto com base nos levantamentos de João Nunes Tinoco (1650) e de José Valentim de Freitas (século XVIII).

Formação da malha urbana de Vila Nova de Andrade e do Bairro Alto de São Roque:

1.ª fase (A) – Primeiros quarteirões de 1498-1503; 2.ª fase (B) – Quarteirões formados a partir de 1513; 3.ª fase (C) – Quarteirões formados a partir de 1554

Andrade e, consequentemente, a génese do urbanismo moderno em Portugal.

O início deste bairro aparece assinalado num documento datado de 1498, que regista a autorização dada por Luís de Atougia a Bartolomeu de Andrade para a abertura de uma rua junto às Portas de Santa Catarina "...Bartolomeu filho de Filipe Gonçalves escudeiro sucedeu como senhorio util da herdade a santa catarina ... casado com Francisca Cordovil podem ali fazer uma rua e casas..."⁹.

Na sequência desta primeira autorização, os Andrades elaboraram um plano urbanístico mais ambicioso e, em 1503, voltam a realizar novo acordo¹⁰, agora com Lopo de Atougia, herdeiro das famosas herdades de Guedalha Palaçano. Indiciando uma forte dinâmica de desenvolvimento da zona ocidental da cidade, o novo contrato diz agora respeito à urbanização efectiva daquelas propriedades, abrangendo a área actualmente delimitada pela Rua do Alecrim e as Chagas, passando os Andrades a poder aí "...dar de foro quaisquer pedaços e partes das ditas herdades que lhe parecessem em fatiota pera sempre...". Pela análise deste documento, de crucial significado a todos os níveis, podemos ainda apercebermo-nos da referência a um plano de urbanização com lotes de métricas precisas e de rigorosa geometria. A título de pagamento pela autorização, os Andrades doavam a Lopo de Atougia um lote na nova urbanização; "em o qual chão o dito Lopo d'Atougia e seus sucessores poderão fazer casas e qualquer outra benfeitoria.". Referindo-se à localização e implantação do dito lote, o texto determina que se devia respeitar "...hua rua que tem ordenado de se por ali fazer...", confirmando a existência de um plano de urbanização concebido previamente. O documento transcreve ainda as medidas deste *chão*, num duplo quadrado, com "...doze braças de comprido e seis de largo...". Encontramo-nos aqui num universo de racionalidade métrica e com proporcionalidades afectas às preconizadas nas gran-

des reformas urbanas promovidas pela Provedoria de Obras Reais para a Ribeira e centro da cidade. Afastando-se de uma prática urbanística medieval baseada num modelo linear de rua (direita) com travessas, confrontamo-nos aqui com uma conceptualização abstracta do traçado, radicada num módulo geométrico que parece desenhar-se pela primeira vez, embora de forma ténue, nos quarteirões de Vila Nova de Oliveira.

Em termos geográficos, esta primeira fase de lançamento da urbanização de Vila Nova de Andrade, que se desenrola entre 1498 e 1503, situava-se na zona mais chegada ao Tejo e às Portas de Santa Catarina, subindo do Rio até à zona do actual Largo de Camões. O terramoto e a subsequente reconstrução da cidade alteraram significativamente o cadastro e desenho urbano desta zona, mas as plantas de Valentim de Freitas, anteriores às reformas pombalinas, permitem-nos a visualização de um traçado que não terá sofrido grandes transformações ao longo dos séculos XVI e XVII. Correspondendo a um período experimental e de transição, este traçado ainda apresenta longos quarteirões com certas afinidades ao urbanismo medieval, sem a proporção e racionalidade que se irá manifestar na segunda fase de expansão de Vila Nova de Andrade. Este novo impulso de urbanização desenvolve-se a partir de 1513 com uma malha de quarteirões aproximada ao duplo quadrado, estendendo-se para norte da Rua do Loreto em direcção ao Alto de São Roque. Podemos confirmar a amplitude e orientação geográfica desta fase por um aforamento, ainda de 1513, realizado entre Bartolomeu de Andrade e os frades Trinos¹¹. Sem dúvida para salvaguardar o controlo sobre toda a zona, Bartolomeu de Andrade afora este terreno, encravado nas suas propriedades e situado junto da actual Travessa da Queimada. A localização indicada no documento permite-nos visualizar os limites desta segunda fase de urbanização que se estendia, a norte, até ao Alto de São Roque.

9. Arquivo Histórico / Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, *Testamentos*, Maço 4, Doc. 6.

10. Luiz Pastor de MACEDO, *Lisboa de Lés-a-Lés*, vol. I, Lisboa, CML., 2.ª ed., 1955, pag. 235.

11. "o mesmo domínio teve também no campo chamado de são roque, que constava de terras de pão, e varias oliveiras que os antigos padres afforarão ainda a bartolomeu de andrade no anno de 1513 e compraram depois parte delle os padres jesuitas para a fundação do seu convento" in Fr. Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da SS. Trindade Redenção... da Provincia de Portuguesa*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, pag. 179.

O rápido alastramento da Vila Nova de Andrade para norte é também confirmado pelos aforamentos compilados por Mário de Sá, que, correspondendo a esta segunda fase de expansão iniciada em 1513, registam um número significativo de ruas com nome próprio, em paralelo com outras, em formação, situadas a norte do actual Largo do Camões. Estes dados coincidem, por outro lado, com o registo de população efectuado em 1523 por Henrique da Mota, escrivão da Câmara Real¹², que contava já 408 moradores na Vila Nova de Andrade, o que corresponde a uma vasta área habitacional.

Embora, como fizemos notar, se verifique uma evolução dos traçados da primeira para a segunda fase de urbanização da Vila, no seu conjunto, podemos aí verificar uma aplicação generalizada dos princípios urbanísticos de modernidade que se definem nesta época e que irão orientar a sua evolução ao longo do século XVI, reformulando a prática urbanística medieval até aí vigente.

O Bairro Alto de São Roque

É referido pelo cronista Baltazar Telles que, quando os Jesuítas iniciam o seu processo de instalação no Alto de São Roque, em meados do século XVI, a zona ainda se caracterizava por um ambiente rural de campos de oliveiras. Daqui pode depreender-se que a extensa malha urbana que subia da zona das Portas de Santa Catarina para São Roque ainda se encontrava muito pouco preenchida de edifícios.

Não sem uma forte oposição por parte dos irmãos da Confraria de São Roque, os Jesuítas, com o apoio de D. João III, conseguem que a ermida lhes seja cedida em 1553. Realizado o contrato, os padres Jesuítas tomaram conta da ermida e casas adjacentes, onde se instalaram em número de catorze ou quinze. No contrato era estipulada a obrigação de se conservar a dedicação da futura igreja a São Roque,



D. João III, óleo sobre tela, Cristovão Lopes [atr.], c. 1550-1560, Museu de São Roque, inv.º 51

mantendo, no seu interior, uma capela para a Irmandade com a relíquia do santo padroeiro.

Logo no mesmo ano, os Jesuítas compram aos frades Trinos as terras que se estendiam a norte da Igreja, descendo para o então chamado Valverde, para instalação de um futuro colégio. Estas terras eram parte da antiga herdade doada aos Trinos pelo mercador Francisco Domingues e sua mulher Constança Esteves¹³, em 1362. Conforme é claramente descrito na *História Chronologica da Santíssima Trindade*¹⁴, os Jesuítas compram apenas uma parte desta propriedade para a implantação do Colégio, não podendo ser implicados

12. João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal*, vol. I, Lisboa, 3.ª ed., 1870, pp. 51-52.

13. Gustavo Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, vol. I, pag. 57.

14. "o mesmo domínio teve tambem no campo chamado de são roque, que constava de terras de pão, e varias oliveiras que os antigos padres afforarão

ainda a bartolomeu de andrade no anno de 1513 e compraram depois parte delle os padres jesuítas para a fundação do seu convento" in Fr. Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da SS. Trindade Redenção... da Provincia de Portuguesa*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, pag. 179.

na urbanização da área como tem sido recorrentemente sugerido.

Efectuadas algumas obras mínimas nos edifícios existentes os padres da Companhia, em Outubro desse ano, realizam uma cerimónia solene com a presença do Rei e da Corte. Na missa então celebrada pelo Padre Nadal, Geral da Ordem, destacava-se como pregador S. Francisco de Borja, duque de Gandia.

O impacto da chegada dos Jesuítas ao alto de São Roque, determina o início de um processo urbano que podemos considerar como a terceira fase de expansão da zona ocidental da cidade, que tivera o seu núcleo inicial com a urbanização de Vila Nova de Andrade.

Se Vila Nova de Andrade fica ligada à iniciativa particular de Bartolomeu de Andrade, é agora Nicolau de Altero, seu filho, que parece assumir a iniciativa de urbanização da área a norte. Nicolau ocupava o lugar de Juiz do Terreiro do Trigo e tinha assumido, em 1547, o cargo de *Vedor das Obras da Camara*¹⁵. Com este importante cargo e como grande proprietário da zona, Nicolau de Altero encontrava-se na situação ideal para prosseguir os princípios de racionalidade e coerência formal que até aí tinham orientado o desenvolvimento urbano de Vila Nova de Andrade.

Esta fase de expansão urbana para norte mantém, no seu conjunto, uma forte coerência de traçado, com quarteirões, que se desenvolvem numa grelha de dimensões aproximadas ao duplo quadrado. A importância dos Jesuítas na área faz-se sentir numa nova orientação das ruas e quarteirões que passam a desenhar-se no sentido nascente poente, isto é, na direcção da Igreja de São Roque.

O estudo de três contratos de aforamento, datados respectivamente dos anos de 1554 e 1558, dão-nos acesso a uma

nova cronologia, permitindo definir os limites de expansão desta terceira fase de expansão particularmente importante não só para a história do bairro como para a evolução da urbanística portuguesa.

Os primeiros dois contratos, datados de 1554, referem-se, um, ao acordo amigável que os frades do mosteiro da S. S. Trindade realizam com Dona Brites de Andrade¹⁶, e o outro, à venda de noventa chãos, aforados por Nicolau de Alter a Cosmo de Laffeta¹⁷. É significativo que no primeiro aforamento, aos frades Trinos, quem assina o contrato, em nome de sua irmã, é também Nicolau de Altero. Com este acordo os frades Trinos retomam a sua antiga courela com oliveiras, aforada a Bartolomeu de Andrade e que entretanto tinha passado para sua filha, Dona Brites de Andrade. Quanto à localização desta courela, o texto do contrato refere-a como “fora dos muros desta Cydade Junto da ermida de são Roque”. Estamos, assim, nesta altura, já no alto da colina de São Roque. Se pela descrição não podemos chegar ao limite exacto da courela, um facto importante transparece no texto ao serem referidas confrontações com ruas e não com outras propriedades rurais¹⁸. Verificamos que tinham sido abertos arruamentos de estruturação do território a ser urbanizado. Pela consulta da documentação do cartório dos frades¹⁹ podemos acompanhar a sequência de aforamentos em fateota efectuados durante a segunda metade do século XVI. Ana Queimado aparece nas primeiras escrituras, logo em 1558, comprando vários chãos e, embora o lugar seja referido apenas como a “São Roque”, podemos concluir que se trata da actual travessa da Queimada. No desenrolar dos contratos encontramos ainda a “travessa defrente do Relógio de São roque” (travessa do Grémio Lusitano) e outra “travessa que vai para a Rua da Atalaia”.

15. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro IV de Vereação*, cópia século XVIII, fl.149 (Assento de 24 de Agosto 1547).

16. AN/TT, *Mosteiro da S. S. Trindade de Lisboa*, Lv. 78, fls. 74-76 v (bretyz d’amdrade molher de bastyam da costa, sobre os chãos de sam Roque em Lisboa, 10 de Junho 1554).

17. Cosmo de Laffetá foi um riquíssimo armador e comerciante durante o reinado de D. João III. A sua presença no Bairro parece episódica, pois em 1565 no *Livro de Lançamento*... ainda encontramos referências de casas situadas no chão de Nicolau de Altero, não aparecendo qualquer referência de casas

ou criados a morarem na zona, facto que o Livro refere sistematicamente.

18. Quanto aos limites dos terrenos, o texto descreve-nos “a quall courella parte asy bamda do norte Como do poente he da bamda do sull Com Ruas que vão amtre esta dita courella he chãos d’asi desta Cydade he da bamda do lleuamte parte Com Rua he estrada que vay de nosa senhora de lloreto pera São Roque”.

19. AN/TT, *Mosteiro da S. S. Trindade de Lisboa*, Lv. 75 (as escrituras de aforamento encontram-se na sua totalidade neste livro).

Delimitada, então, pelas ruas de São Pedro de Alcântara, da Atalaia e Travessa da Queimada, a courela dos frades Trinos era pequena, sugerindo que se incluía numa estratégia urbanística de horizontes mais alargados, que podemos confirmar pelos outros dois aforamentos efectuados por Nicolau de Alter em 1554 e 1558. De facto, em clara interdependência com o acordo celebrado com os frades Trinos, Nicolau de Altero, ainda em 1554 afora “huma propriedade de noventa chãos alem são roque”²⁰. O texto regista estes chãos, situando-os não *apar de são Roque*, mas *além são Roque*, o que corresponde à zona da antiga casa dos Andrades, onde vivera Filipe Gonçalves, Bartolomeu de Andrade e mais tarde o seu filho Nicolau. A casa, ou talvez palácio, passa posteriormente para os Cunhas, mais tarde Condes de Lumiares, como confirma a Genealogia de Manso de Lima, onde nos dados biográficos sobre Nicolau de Altero é referido: “foi senhor das casas que hoje possui Manuel Inácio da Cunha, junto ao relógio de são Roque”²¹.

O terceiro aforamento, de que acima falámos, aparece referido no longo testamento de Miguel Leitão de Andrade e é descrito como “uma herdade de 17 chãos que possuía aos cardaes de São Roque pegado com a Rua Formosa aforados por Nicolau de Altero seu sogro a Jorge Fernandes ladrilhador... no ano de 1558”²².

Sendo a rua Formosa a actual rua do Século, estes chãos localizavam-se na zona ocidental do Bairro Alto, mais chegada à dita rua Formosa. Cabe aqui referir que Nicolau de Altero guardou para si uma grande parte das suas propriedades urbanas situadas no Bairro, que são herdadas por sua filha Brites de Andrade e se encontram registadas, como “seis ruas que eu tenho que são a da Rosa, a de São Boaventura,

a da Vinha, a da Cruz, a do Loureiro e a rua Formosa com suas travessas”²³.

O perímetro da operação realizada por Nicolau de Altero, assim como a sua rápida conformação urbana, são claramente confirmados nos registos dos arruamentos do *Livro de Lançamento da Cidade de Lisboa*²⁴ de 1565, que constitui uma peça-chave para o estudo da terceira fase de desenvolvimento do Bairro Alto e um precioso documento para o estudo do desenvolvimento da cidade de Lisboa em meados do século XVI.

Neste *Livro de Lançamento* encontramos o levantamento do Bairro feito rua a rua, sendo possível identificar, pela lógica do registo, todos os arruamentos, mesmo os que mudaram de nome. A sua análise permite verificar que o Bairro Alto nele aparece já conformado na sua quase totalidade, esclarecendo-se assim erros e más interpretações que têm colocado esta fase de urbanização num período tardio do século XVII²⁵.

De facto, deste périplo por documentos e textos podemos concluir que, com excepção do Alto dos Moinhos, junto à rua D. Pedro V, todo o Bairro Alto de São Roque se encontrava já estruturado, em termos de traçado urbano, em 1565. No curto período de tempo decorrido entre a chegada dos Jesuítas a São Roque, em 1553, e o ano de 1565, o Bairro Alto sofre uma intensa transformação a que não é alheia a dinâmica imposta pela instalação da Companhia na zona.

A abertura da Rua Larga de São Roque

Mas vamos recuar um pouco e voltar ao largo de São Roque. Dois anos depois de instalados numas casas junto da ermida, os Jesuítas decidiram iniciar a construção de uma nova

20. “huma propriedade de noventa chãos alem são roque aforados pello Sr. Nicolau d’Alter meu sogro a cosmo de Laffetaá o anno de mil quinhentos e cinquenta e quatro registado no tabelião Anriques Nunes”. Cf. Anselmo Bramcamp FREIRE, *Arquivo Histórico Português*, Vol. I, Lisboa, 1905, pp. 117-123.

21. BN, *Famílias de Portugal (Alteros Desentroncados)*, mss Letra A, Tomo III, pag. 479.

22. BN, *Famílias de Portugal (Andrades)*, mss Letra A, Tomo III, fl.154.

23. Miguel Leitão ANDRADA, *Miscellanea*, Lisboa, IN-CM, 2.ª ed., 1993, pp. 194-195.

24. O texto é um códice de 1400 páginas manuscritas que corresponde ao registo de todas as pessoas que contribuíram para um imposto especial lançado à cidade de Lisboa por Dom Sebastião para auxiliar a dívida pública. O códice foi editado pela CML na série “Documentos para a História da Cidade de Lisboa”, *Livro do lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, 4 vols., Lisboa, CML, 1947.

25. Manuel TEIXEIRA e Margarida VALLA, *O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII, Portugal e Brasil*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, pag. 92.



Fotografia aérea da zona envolvente à Igreja de São Roque

Igreja com a escala adequada à importância de que se ia revestindo a nova Ordem. Afonso Álvares assume a direcção das obras, sendo o seu plano inicial, de três naves, alteradas para um programa definitivo de “hua só nave”. Os trabalhos arrastam-se por vários anos, encontrando-se as paredes na altura da cornija interior em Outubro de 1573.

O classicismo e rigor da fachada, marcada por um acentuado depuramento decorativo, se se apresentava na cidade de Lisboa como uma alteração de paradigma estético, incutia no ambiente do bairro uma nota de monumentalidade incompatível com a rua que subia das Portas de Santa Catarina para São Roque. Esta velha via medieval curvava ligeiramente no alto de São Roque, passando em frente da porta da antiga ermida cuja orientação era canónica, de

nascente-poente. Pautada por outros princípios que então se impunham, a orientação Norte/Sul adoptada para a nova igreja quebra esta antiga norma, passando a assumir a primazia dos valores de urbanidade, voltando a fachada para a cidade e para o Tejo.

O processo de rectificação e alargamento da antiga rua de São Roque, iniciado em 1569, encontra-se documentado por uma carta régia assinada por D. Sebastião e enviada ao Senado da Câmara. No texto o Rei autorizava as ditas obras e prometia o seu apoio nas expropriações a realizar, operações onerosas e normalmente de grande delicadeza. Se do lado poente da rua as frentes dos quarteirões correspondiam à recente urbanização de Vila Nova de Andrade, do lado nascente a frente da rua era constituída por edifícios aforados num período mais recuado da segunda metade do século XV. Encostados ao exterior da muralha fernandina, estes edifícios tendiam a constituir uma frente menos uniforme, que desconhecia as normas de alinhamento urbano impostas pela legislação manuelina. Mais acima, junto do largo de São Roque, situavam-se duas propriedades de membros da alta aristocracia cuja expropriação se adivinhava difícil, motivo que leva o Rei a oferecer-se para intervir junto destas famílias, como refere na sua carta: “e parcedovos que sobre isso devo escrever ao conde da Vidigueira e a Dom Manuel de Portugal escrevey mo”.

Embora todo o processo seja liderado pela Câmara, é natural que a ideia tivesse partido dos Jesuítas, que no período do reinado de D. Sebastião atingiam um dos seus momentos de maior poderio político. Nesta linha, não é igualmente de excluir a hipótese de uma intervenção de Afonso Álvares no traçado da nova via urbana, dado que nesse mesmo ano de 1569 o arquitecto era requerido por D. Sebastião para iniciar o processo de construção da igreja de São Sebastião, facto confirmado por uma carta régia, que determinava: “a quall se ha de fazer no sitio em que vos dira o ditto afonso alvares e pera isso compraeis os chaos que forem necessarios”²⁶. Significativo é também o facto de a Câmara ter enviado ao Rei uma planta, como é referido na carta régia: “a tra-

26. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro I de Festas*, fl. 94.

ça que me enviaste da Rua que vem muy boa e polla (...) declaro quanto convem o pôr esta rua direyta pollo risco que vay direito contra o canto da torre que esta ao postigo nouvo".²⁷ Pelo texto do documento podemos verificar que o novo traçado não se conformava a um simples alargamento da rua, mas que fora concebido em termos de um direcionamento que colocava a fachada da igreja no seu ponto de fuga.

Ao formarem um conjunto indissociável, a rua Larga de São Roque assumia a função de antecâmara à Igreja, constituindo um percurso urbano de forte sentido ritual e cenográfico. No alto, a toda a largura da Igreja, formava-se um largo patamar poligonal com degraus, que acentuava esse efeito cénico²⁸.

De acordo com este novo entendimento espacial, em dias de procissões e festas solenes, na entrada da rua, junto ao Postigo da Trindade, era colocado um arco monumental. Este facto encontra-se descrito no relato das cerimónias da procissão da chegada das relíquias oferecidas à igreja de São Roque pelo Duque de Gandia, D. Francisco de Borja, em 1588²⁹.

A este processo de reestruturação urbana não serão alheias as grandes transformações então operadas em Roma, não só na envolvimento de São Pedro, como num conjunto mais alargado de vias e grandes edifícios religiosos, que promovem, na segunda metade do século XVI, uma radical alteração da imagem daquela cidade³⁰.

Nos seus pressupostos urbanos, o traçado da rua Larga de São Roque afirma-se como uma experiência inaugural onde emergem conceitos estéticos contra-reformistas e barrocos, que se afastam claramente das concepções de homogeneidade espacial e racionalidade ensaiadas no traçado urbano de Vila Nova de Andrade e do Bairro Alto de São Roque. Face ao enfoque dado a uma malha de quarteirões regu-

lares com base numa abstracção vinculada a princípios de geometria e aritmética, o novo traçado viário inaugura, de forma precoce, um urbanismo onde o inovador uso da perspectiva e o sentido dinâmico de percurso se estabelecem como fundamentos teóricos.

Monumentalização do Bairro Alto

Nos seus primeiros tempos, a população de Vila Nova de Andrade era sobretudo constituída por artífices e pequenos e médios funcionários, de uma maneira geral, ligados às actividades marítimas e à Ribeira das Naus. A rua dos Calafates (hoje do Diário de Notícias) é disso um testemunho paradigmático ao trazer para a toponímia da zona uma actividade ligada à construção naval. A alta aristocracia tendia a instalar-se em vias de circulação importantes, como era o caso do eixo da rua do Alecrim para São Roque ou a rua do Loreto para a calçada do Combro.

A matriz do loteamento de Vila Nova de Andrade assim como a do Bairro Alto, com base num lote de trinta por sessenta palmos, tinha implícito um modelo de edifício de pequena escala, implementado pela legislação produzida pela Provedoria de Obras Reais na altura dos grandes trabalhos de reordenamento urbano da cidade de Lisboa, que se processam durante o reinado de D. Manuel.

A preocupação daquela legislação em definir uma arquitectura de fachadas iguais, com volumetrias simples, vãos normalizados, sacadas de dois palmos, reduzindo ao mínimo qualquer saliência, conformará um modelo morfológico de edifício urbano que vemos ser implementado a partir desse período. Com dois andares, estrutura em alvenaria de pedra e cal e molduras rectas em pedra de lioz, esta tipologia afastava-se da tipologia de edifício medieval, de estrutura de madeira, e do tipo de lote estreito e comprido

27. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro 2 de El rei D. Sebastião* fl. 49 (Carta régia de 8 de Janeiro de 1569).

28. O desenho do patamar encontra-se assinalado na planta geral do edifício, realizada em 1808, e encontra-se reproduzida no livro: Vitor RIBEIRO, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1902, Estampa XIV. O patamar foi, entretanto, demolido nas obras de

reordenamento urbano do largo, efectuadas no século XIX.

29. Gustavo Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, vol. I, pag. 312.

30. José Eduardo Horta CORREIA, "Urbanismo", In José Fernandes Pereira, (dir.), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 507-513.



Planta do Bairro Alto com a localização dos seus palácios

que lhe estava associado. Entendida como uma arquitectura de programa *igual e semelhante*, esta nova concepção arquitectónica apresentava-se, por sua vez, indissociável de um lote e de um quarteirão de base rectangular, como os ensaiados na Vila Nova de Andrade e depois no Bairro Alto. Com metade da sua área reservada à construção e a outra metade a quintal, como encontramos frequentemente re-

ferido nos contratos de aforamento, estes lotes pressupunham uma tipologia de edifício com loja no piso térreo e habitação no primeiro andar.

Emitidas em forma de provisões e alvarás régios, prevendo aplicação de penas, as normas arquitectónicas e urbanísticas implementadas no reinado de D. Manuel perpetuam-se nas práticas construtivas, ao serem passadas para os livros de posturas camarárias e para os *regimentos de oficiais mecânicos* com o carácter de norma legislativa.

O impacto urbano provocado pela presença dos Jesuítas no Alto de São Roque reconhece-se quando verificamos que, embora mantendo-se por parte das classes altas uma clara preferência pelos grandes eixos viários, o interior do Bairro Alto começa a ser também requerido para a instalação das elites. À dinâmica introduzida na zona pelos Jesuítas aliam-se as características de racionalidade do traçado urbano e a divulgação da circulação do coche, o que, no seu todo, determinou a tendência para a nobilitação do Bairro. É assim que Ana Queimado, herdeira de uma grande fortuna, logo em 1558, afora vários chãos aos Frades Trinos, para construir moradas nobres na travessa que tomará o seu nome. Ao longo do século XVII o interior do bairro começa a ser pontuado pela construção de grandes casas, como é o caso do palácio dos Condes de Soure, dos Barões de Alvito, dos Coutinhos ou dos Mello e Castro. Este último, conhecido por palácio do Cunhal das Bolas, apresenta características arquitectónicas do século XVI, tornando-se um caso de excepção³¹. Porém, no seu conjunto, estas casas nobres mantêm-se como casos isolados na malha regular de pequenos edifícios caracterizados por uma uniformidade de grande coerência e racionalidade.

Submetendo-se aos mesmos valores de uniformidade, a arquitectura dos palácios e casas nobres implantados naquela malha tendem a uma integração estética, não só ao nível das morfologias, como do desenho dos vãos. Com uma marcada horizontalidade, a fachada nobre é assinalada por uma sequência de vãos de cinco, sete ou nove janelas de sacada,

31. Em termos documentais, os Mello e Castro só aparecem como proprietários do Palácio do Cunhal das Bolas no século XVII, não tendo, até hoje, sido encontrada documentação do palácio referente ao século XVI.

encimadas de uma pequena cornija nos casos mais eruditos. Um friso contínuo de separação dos andares indica, de uma forma subtil, o andar nobre. Na vertical, fortes cunhais em forma de pilastra de ordem toscana prolongam-se horizontalmente em cimalthas salientes correndo ao longo dos beirados. São, porém, os grandes portais de entrada destes palácios que se apresentam como elemento fundamental de nobilitação desta arquitectura. As suas proporções e, sobretudo, as suas molduras de envolvimento, imprimem uma nota erudita, testemunhando, pelo desenho da decoração escultórica, as evoluções estéticas que se processam na passagem do maneirismo para o protobarroco.

Entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, observam-se por todo o bairro grandes obras no seu casco edificado. Facto que se vinha a desenhar no século XVII, os edifícios urbanos em Lisboa começam a adquirir maior escala, dando origem a uma tipologia de prédio de rendimento com dois fogos por piso e caixa de escadas com patamar por andar. Muitos dos antigos edifícios de dois pisos, construídos no século XVI, são transformados em edifícios mais largos e altos, ocupando mais de um lote, ou simplesmente alteados com mais um ou dois andares. Estas transformações imprimem uma densificação das volumetrias, retirando ao Bairro os seus valores originais de luminosidade e insolarização.

O Bairro Alto mantém, porém, o seu prestígio continuando a ser escolhido para habitação da aristocracia e da alta burguesia durante a primeira metade do século XVIII. Como grupo emergente da sociedade, assistimos também no Bairro ao aparecimento de juizes e desembargadores; a chamada “aristocracia de toga”. Podemos citar o caso do desembargador Francisco Nunes Cardeal, que vemos fazer grandes obras, em 1734³², nas suas casas nobres da travessa do Guarda Mor, ou o juiz José Rodrigues Froes, que por sua vez, em 1748, realiza obras na sua casa da rua da Atalaia.³³

32. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro de Cordeamentos* (1730-1737).

33. Idem, *Livro de Cordeamentos* (1745-1752).

34. O pedido refere a autorização de obras, deduzindo-se que o palácio já existia. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, *Livro de Cordeamentos* (1611-1699).

Da alta aristocracia, vemos, neste período, D. Garcia de Mello, Monteiro-mor do Reino, pedir à Câmara de Lisboa, em 1699, para realizar obras no seu palácio, “acima do Cunhal das Bolas”³⁴. No entanto os Mellos, Monteiros-mor, permanecem aí por pouco tempo, pois em 1736-38 iniciam a construção de um monumental palácio na Calçada do Combro e arrendam o da rua da Rosa aos marqueses das Minas³⁵, ficando esta casa nobre mais tarde conhecida pela passagem desta família no Bairro.

Outra grande família a instalar-se no interior do Bairro são os Mello, Senhores de Ficalho. Em 1718, Francisco de Mello pede autorização à Câmara³⁶ para iniciar obras de ampliação do seu palácio situado junto da ermida dos Fiéis de Deus.

Porém, cabe aqui referir que se mantém a tendência por parte da alta aristocracia para situar os seus palácios nas grandes vias de circulação que definiam as fronteiras do Bairro Alto; rua Larga de São Roque para o Rato, rua Formosa-Século e rua do Loreto para a calçada do Combro.

Mas, se as transformações operadas no Bairro Alto durante a primeira metade do século XVIII dão lugar a um processo de densificação das suas morfologias urbanas, elas acabam por não alterar as suas características sociológicas e os princípios de regularidade e de uniformidade urbana iniciados no século XVI.

A arquitectura religiosa

A par dos palácios, o Bairro Alto vai receber vários conventos que passam a constituir elementos de forte pontuação arquitectónica no seu espaço urbano. A instalação destes conventos, a partir do século XVII, recorre-se, na sua generalidade, de palácios e casas nobres doadas pelos seus proprietários às instituições religiosas. É assim que o convento dos Inglesinhos nasce de umas casas nobres doadas por

35. Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Memória Histórica do Bairro Alto*, Lisboa, CML, 1948, pag. 51.

36. Este palácio foi dividido em duas partes. A mais antiga junto da ermida dos Fiéis de Deus permanecerá na família, até hoje constituindo caso único no Bairro Alto.



Convento de São Pedro de Alcântara

D. Pedro Coutinho, nos inícios do século XVII, para colégio de padres católicos ingleses. Igualmente o Convento dos Teatinos, mais tarde conhecido por Caetanos, instala-se numa quinta doada por uma senhora da Casa dos Marqueses de Niza³⁷.

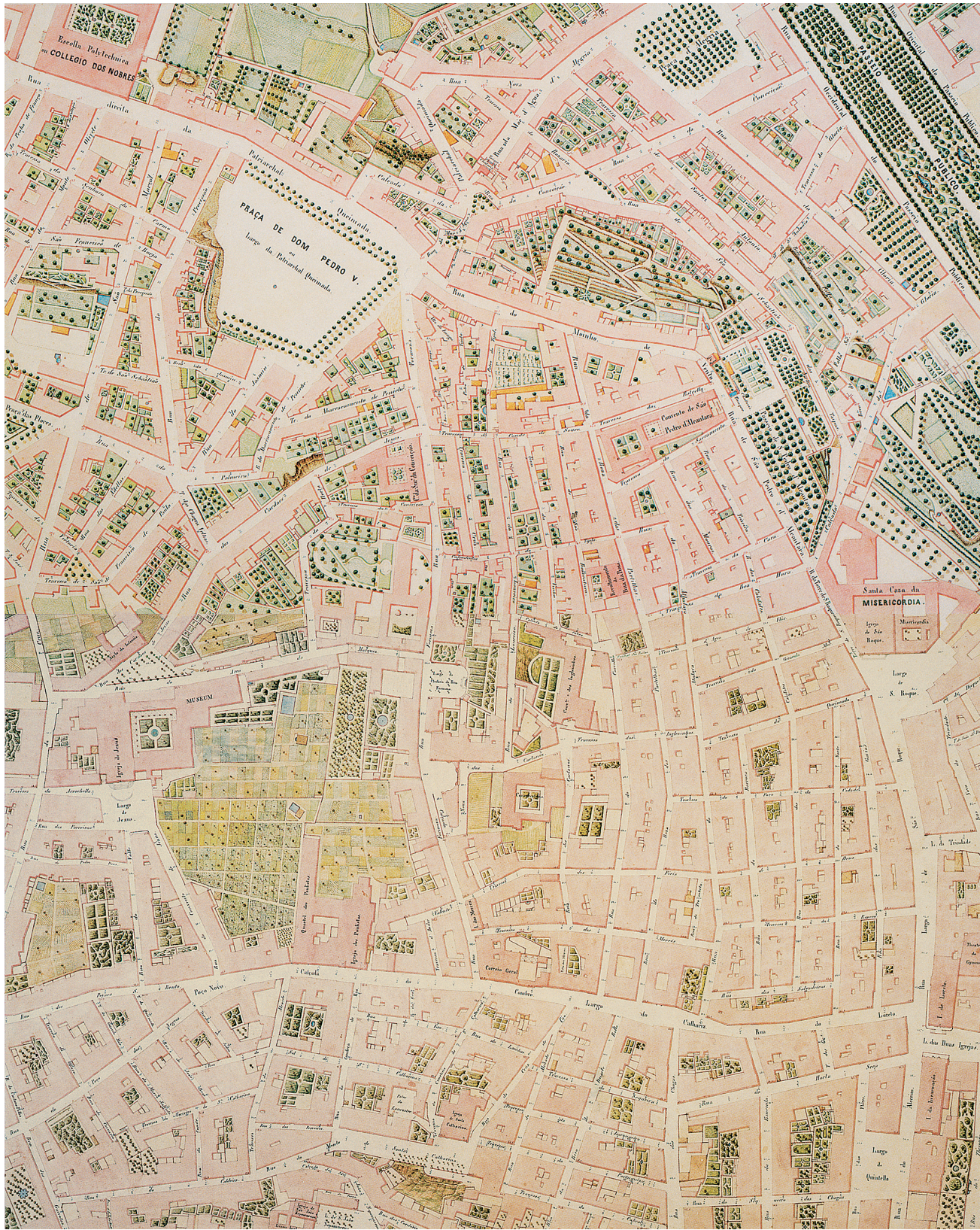
Neste grupo integra-se um interessante exemplo de arquitectura: o convento de São Pedro de Alcântara. Foi fundado por D. António de Meneses, Conde de Cantanhede que, até aí, acolhia os frades numa parte do seu palácio ao Loreto e, em 12 de Agosto de 1680, decide fundar uma nova casa para os seus protegidos. Para isso D. António compra umas casas nobres aos Condes de Avintes que, entretanto, se tinham mudado para um outro palácio na zona da Boavista. É, sem dúvida, o facto de o Convento se instalar nestas antigas casas nobres que explica a estrutura em U da sua fachada, normalmente aferida a uma tipologia de arquitectura palaciana. Tendo sofrido avultados danos com o terramoto, é objecto de obras de reconstrução orientadas pelo engenheiro-mor Manuel da Maia.

Verdadeira jóia arquitectónica do Convento é a capela do Cardeal D. Verríssimo de Lancastre, mandada construir pelo seu irmão, em 1692. Atribuída a João Antunes, a capela, de belas proporções, destaca-se pela presença de um precioso retábulo com embutidos de mármore. O convento guarda ainda uma notável colecção de pintura, sendo de destacar: uma grande tela da Santíssima Trindade coroando a Virgem, assinada por Antoine Quillard, uma outra pintura de Pedro Alexandrino com tema de São João Baptista pregando no deserto e, no coro da igreja, um significativo conjunto de quadros de Joaquim Manuel da Rocha. Na sacristia da igreja encontramos, ainda, preciosos arcazes com embutidos indo-portugueses.

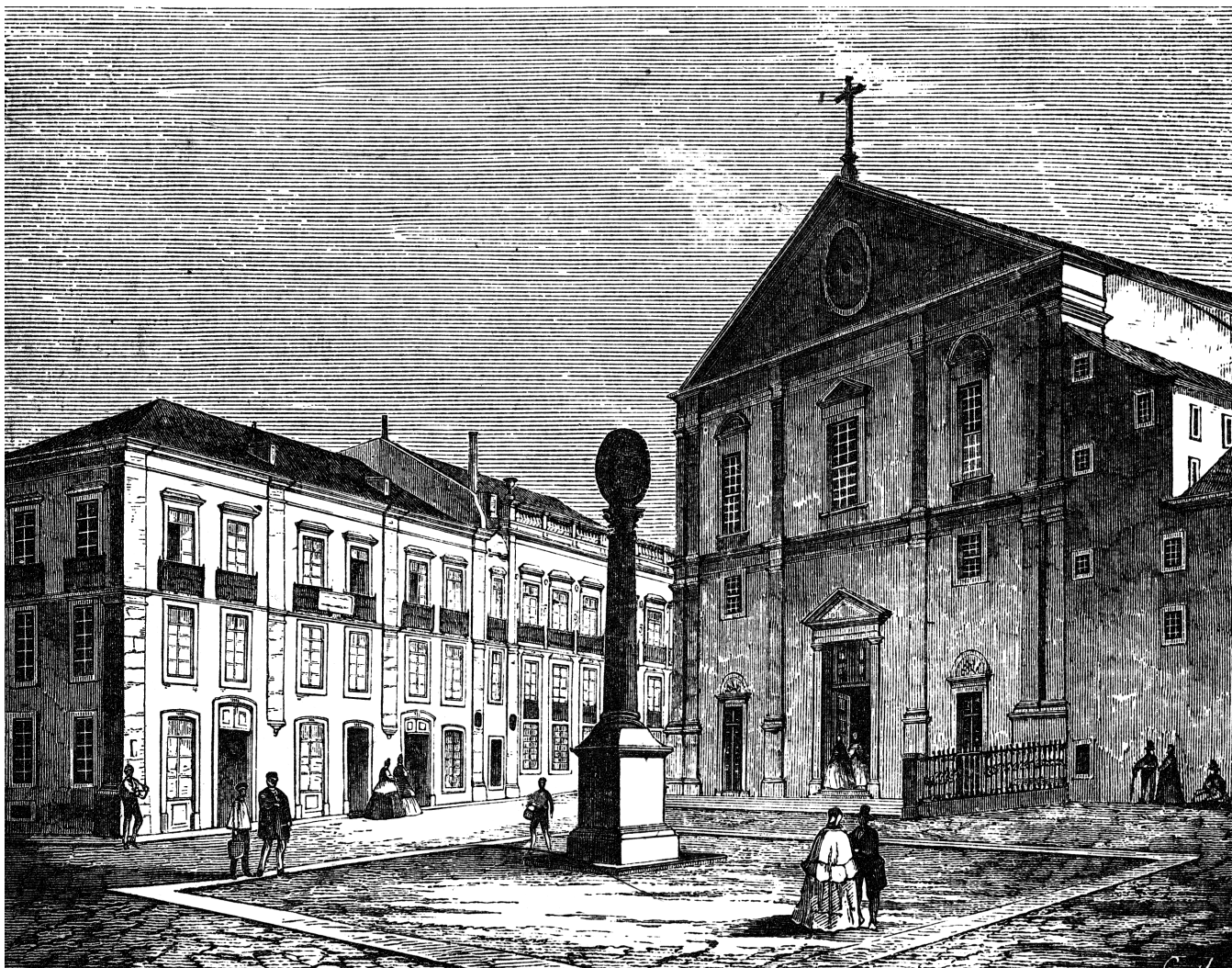
O Bairro Alto, de aristocrata a popular

O terramoto não constituiu para o Bairro a calamidade que foi para outras zonas da cidade de Lisboa. O incêndio que durante vários dias lavrou na cidade chegou apenas aos

37. Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Memória Histórica do Bairro Alto*, pag. 68.



Zona do Bairro Alto em 1856-58, in *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*,
 dir. de Filipe Folque, lev. por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard



O Largo de São Roque numa gravura do século XIX

limites sul e nascente do Bairro, junto do Loreto e Largo de São Roque. Ao choque inicial seguiram-se, durante várias semanas, constantes pequenos tremores de terra que acentuaram o clima de pânico e fizeram aumentar o fluxo de fuga da população para os arredores. Se com o tempo e a política de renovação urbana imposta pelo Marquês, a população vai regressando progressivamente, a aristocracia, entretanto instalada nas suas quintas de recreio, vai mostrar-se mais relutante em voltar ao centro da cidade. Conscientes das qualidades de modernidade do Bairro Alto, os autores do plano pombalino articulam o seu tecido urbano com as grandes vias de desenvolvimento do centro da cidade. Tanto o eixo da Rua do Alecrim para o alto de São Roque

como o eixo da Rua do Loreto para a Calçada do Combro, recebem melhoramentos, assegurando ao Bairro Alto uma franca ligação ao plano pombalino e à Lisboa Iluminista. No interior do Bairro a renovação pauta-se, porém, pelo simples restauro dos seus antigos edifícios. A tipologia de edifício pombalino que se divulgava na época exigia uma proporção de lote incompatível com a sua estrutura fundeária de pequenos lotes.

Com um progressivo acréscimo de andares e uma tendência para o alargamento da construção aos quintais, o Bairro, no seu conjunto, vai perdendo as qualidades de largueza e luminosidade que tinham caracterizado a arquitectura corrente no seu período inicial.

Quanto à arquitectura mais erudita, os antigos palácios do Bairro Alto sofrem restauros, sendo a sua estrutura, na generalidade, desvirtuada pela sua transformação em edifícios urbanos em regime de aluguer. O Bairro perde, assim, o seu antigo cariz aristocrático, sofrendo uma progressiva ocupação por classes economicamente mais desfavorecidas.

As qualidades de centralidade do Bairro, decorrentes do crescimento da cidade ao longo do século XIX, associadas a uma definição muito clara dos seus limites, dotam a sua vivência interna de um clima cultural específico de grande coesão e dinâmica. Jornais e tipografias instalam-se em antigos palácios, encontrando nas antigas cavaleriças espaços de escala apropriada às suas funções. A presença de redactores e jornalistas, com os seus hábitos de trabalho nocturno, gera a proliferação de “casas de pasto” que, a par das tabernas, incutem ao Bairro um certo clima de boémia que se manterá até à actualidade.

Porém, o ambiente mais popular não retira ao Bairro as qualidades de grande coerência formal que o tornam, hoje, um documento único na história do urbanismo da cidade de Lisboa e do período moderno. Estas raras qualidades são dadas, não só pela homogeneidade da sua malha urbana, que permaneceu inalterada durante mais de quatrocentos anos, como pela reduzida variação de tipologias e elementos de composição arquitectónica. No entanto, a unidade do conjunto não se revela monótona, pois o seus elementos sofrem, com os séculos, pequenas variações, dentro dos mesmos tipos, constituindo-se como que um sistema quase infinito de variações sobre o mesmo tema. O envolvimento do bairro por grandes vias de circulação desvia dele os fluxos que lhe são estranhos, ficando o seu interior protegido na sua intimidade quotidiana e nas suas relações de vizinhança. Talvez nenhum outro bairro ou zona da cidade de Lisboa se apresente hoje com um tão vasto conjunto de qualidades próprias, que se estendem desde a unidade do traçado urbano, a riqueza de sedimentações arquitectónicas e clareza de limites, até à intimidade vivencial e identidade particular. ■